

Edição #05

Janeiro 2024

BOLETIM

Observatório

Manejo Florestal

Comunitário

e Familiar



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR





O Observatório do Manejo Florestal Comunitário e Familiar articula 54 organizações da sociedade civil, institutos de ensino, pesquisa e comunidades, com a missão de promover o manejo florestal como uma estratégia relevante, consistente e viável para a sustentabilidade da região amazônica.

Nesse sentido, busca contribuir para a valorização e garantia dos direitos e dos modos de vida de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais da Amazônia, além da construção de um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente justo para a região.



Expediente

Boletim nº 05/2024

SECRETARIA EXECUTIVA
Instituto Internacional
de Educação do Brasil (IEB)

COORDENAÇÃO
Alison Castilho (IEB)

TEXTOS
Catarina Barbosa (IEB)

EDIÇÃO
Catarina Barbosa (IEB)

PRODUÇÃO GRÁFICA E
DIAGRAMAÇÃO
Raffael Regis

IMAGENS
Arquivos IEB e IFT



Editorial

A entrega da Carta de Brasília, durante o Encontro para a retomada da agenda do manejo florestal comunitário na Amazônia Brasileira, marca um momento crucial na busca por políticas públicas efetivas e sustentáveis para o manejo florestal comunitário e familiar no Brasil e também nos sinaliza um futuro possível e grandes expectativas para o ano de 2024.

Assinada por todas as organizações participantes do Observatório do Manejo Florestal Comunitário e Familiar (OMFCF), a carta destaca a urgência de ações específicas a serem implementadas até dezembro deste ano. Este documento é resultado de um encontro promovido

pelo OMFCF, pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), evidenciando um esforço conjunto para revitalizar práticas e políticas voltadas a esse importante aspecto ambiental e socioeconômico.

Nesta edição do boletim abordamos principalmente esse evento, o qual consideramos um marco. Reunimos 50 líderes de povos e comunidades tradicionais do Acre, Pará e Amapá, que, ao longo de dois dias, elaboraram propostas visando aprimorar a gestão, produção e comercialização de produtos florestais.

Abordamos ainda como o governo

visualiza essa agenda e quais pontos eles consideram gargalos a serem solucionados. O grupo de trabalho formado durante o evento mostra ainda como diversos atores convergem ideias e soluções para o fortalecimento dessa agenda. Não temos dúvidas de que todos veem o manejo florestal como uma ferramenta essencial para combater o desmatamento e promover um uso sustentável da floresta.

Protocolamos a Carta de Brasília no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e acompanharemos durante todo o ano de 2024 o avanço da agenda. Entendemos

que este é um chamado para a ação coletiva, uma oportunidade de trazer de volta a vitalidade às práticas de manejo florestal comunitário e familiar, reconhecendo seu papel fundamental na conservação ambiental e no desenvolvimento socioeconômico.

A Carta de Brasília é mais do que um documento; é uma voz unificada, um compromisso renovado e a esperança de um futuro mais sustentável para as comunidades que dependem das riquezas da floresta. Boa leitura.

**Coordenação Executiva do
Observatório do MFCF**



#Propostas

Carta de Brasília: demandas para a retomada das políticas de manejo florestal comunitário e familiar

Por Catarina Barbosa | IEB

O documento foi entregue em Novembro de 2023,
durante evento realizado em Brasília.

A Carta de Brasília, documento emblemático que sintetiza a urgência e a necessidade imediata de retomar as políticas públicas relacionadas ao manejo florestal comunitário e familiar no Brasil foi entregue por líderes de povos e comunidades tradicionais a uma Comitativa do Governo Federal em Novembro de 2023, durante o **Encontro para a retomada da agenda do manejo florestal comunitário na Amazônia Brasileira**, realizado em Brasília nos dias 8 e 9 de Novembro.

O texto, assinado por todas as organizações participantes do Observatório do Manejo Florestal Comunitário e Familiar (OMFCF), destaca medidas específicas a serem implementadas até dezembro de 2024. Buscando impulsionar o setor e promover uma

gestão sustentável das florestas, a Carta de Brasília é resultado do Encontro para a Retomada da Agenda do Manejo Florestal Comunitário na Amazônia Brasileira, representando um apelo conjunto pela revitalização das práticas e políticas voltadas a esse importante aspecto ambiental e socioeconômico.

O evento foi organizado pelo OMFCF, pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB). Durante dois dias, aproximadamente 50 líderes de povos e comunidades tradicionais do Acre, Pará e Amapá elaboraram propostas para aprimorar a gestão, produção e comercialização de produtos florestais, tanto madeireiros quanto não-madeireiros.

Maria José Gontijo, fundadora do IEB, expressou otimismo com a entrega da Carta de Brasília, enfatizando a importância de fortalecer a agenda para beneficiar efetivamente as populações envolvidas. “Nós estivemos juntos na assinatura da 1ª Instrução Normativa do Manejo Florestal Comunitário. Para nós é uma alegria estar aqui hoje, porque o IEB também está completando 25 anos e agora com a entrega da Carta de Brasília esperamos que essa agenda realmente ganhe força, volume, densidade e que essas populações sejam de fato as beneficiadas”.

O presidente do CNS, Julio Barbosa, destacou que o manejo é crucial para a região amazônica, não apenas como uma atividade socioeconômica, mas também socioambiental, abrangendo diversas atividades extrativistas. “A nossa discussão é também para lembrar que a nossa luta é pelo plano de manejo de uso múltiplo. Nós entendemos que a madeira é apenas um componente, mas a gente sabe que temos a seringa, a castanha, o açaí, a andiroba e tantos outros produtos da floresta e agora também o manejo do pescado, dos lagos naturais, que é a questão do manejo do pirarucu”.

Marco Lentini, do Imaflora, resalta que o

manejo florestal é essencial para combater o desmatamento e promover o uso múltiplo da floresta. “Quando alcançarmos os mecanismos de uso múltiplo da floresta, vamos poder manter a floresta em pé diminuindo o desmatamento”, afirmou Lentini.

Pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, Milton Kanashiro também sinalizou otimismo diante da iniciativa. “Eu creio que com essa representatividade que nós temos no momento, junto ao CNS vamos chegar a resultados bastante promissores, no sentido de poder fomentar a partir dessas discussões, informações para o ICMBio e para o Ministério do Meio Ambiente como um todo, para a própria Embrapa na área de pesquisa e fazer com que a gente tenha realmente um ganho a partir dessa retomada do que nós estamos chamando de retomada para o manejo florestal comunitário.

A carta foi protocolada no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, buscando consolidar essas demandas e impulsionar a retomada das políticas voltadas ao manejo florestal comunitário e familiar. O documento completo pode [ser acessado aqui](#). 🌿



O evento foi organizado pelo OMFCF, pelo CNS e pelo IEB.



Cerca de 50 líderes de povos e comunidades tradicionais do Acre, Pará e Amapá elaboraram propostas para aprimorar a gestão, produção e comercialização de produtos madeireiros e não-madeireiros.

#Retomada

Os desafios e propostas para a retomada do Manejo Florestal Comunitário e Familiar no Brasil

Por Catarina Barbosa | IEB

Especialistas e líderes comunitários listam alguns dos maiores desafios para medidas mais sólidas relacionadas à atividade.

Na busca por estratégias que impulsionam o setor e garantam a sustentabilidade das comunidades envolvidas, líderes comunitários e especialistas se reuniram em Novembro de 2023 para discutir a agenda mínima e as propostas para a retomada do Programa Federal de Apoio ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar (MFCF) no Brasil, visando os desafios previstos para as futuras safras da madeira e de produtos não madeireiros.

Milton Kanashiro, da Embrapa, destacou

a importância de diferenciar o manejo florestal comunitário das concessões florestais, alertando para a necessidade de evitar a transformação das comunidades em grandes madeireiras. “Esse ponto é crucial para que a gente desenvolva as atividades do setor, mas sem esquecer a importância de manter as comunidades envolvidas na produção de alimentos através do extrativismo, uma vez que a entrada na atividade madeireira poderia direcionar recursos para a compra de alimentos ultraprocessados”, disse. Kanashiro enfatizou ainda



A discussão evidenciou a complexidade e a importância de abordar o manejo florestal comunitário e familiar de forma integrada.



Grupos de Trabalho foram formados e debateram propostas para os rumos da atividade no Brasil.



As propostas foram incluídas na Carta de Brasília entregue ao governo do Federal no dia 9 de Novembro de 2023.

que é essencial preservar as atividades relacionadas a produtos florestais não madeireiros, fundamentais para a alimentação dessas comunidades.

Maria Creusa, da Resex Verde Para Sempre, levantou a importância de estimular o desenvolvimento de áreas para o manejo, propondo que o governo estadual crie estratégias para promover a agricultura familiar nas Unidades de Conservação (UCs). Ela sublinhou ainda que o manejo florestal não deve substituir a responsabilidade dos órgãos públicos na criação de postos de saúde e infraestrutura nas comunidades. “Hoje, as comunidades acabam assumindo responsabilidade que é de atribuição do executivo. Podemos trabalhar em conjunto, mas acredito ser fundamental separarmos as atribuições e responsabilidades”.

Marco Lentini, do Imaflora, abordou o desafio de atingir escala nos projetos de MFCF, enfatizando a necessidade de se alcançar 25 milhões de hectares na Amazônia. “Precisamos aumentar a

“Hoje as comunidades acabam assumindo responsabilidade que é de atribuição do executivo. Podemos trabalhar em conjunto, mas acredito ser fundamental separarmos as atribuições e responsabilidades”

*Maria Creusa,
da Resex Verde Para Sempre*

escala, mas mantendo a identidade das comunidades, além disso, penso ser fundamental refletirmos sobre o papel do MFCF na diversificação de produtos dentro dos Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS)”.

Dentro desse cenário, Manuel Amaral, do IEB, destacou a falta de uma agenda transparente para o MFCF, observando que mesmo sem políticas públicas específicas, as comunidades continuaram o manejo por conta própria.

“Atualmente não temos um regramento e nem uma representação específica para o MFCF. Em contrapartida temos um arcabouço regulatório para concessões florestais”, disse.

Amaral propôs assim a criação de um mercado institucional para toda a madeira proveniente do manejo florestal comunitário, mas ressaltou a necessidade de regramento específico para essa iniciativa.

A discussão evidenciou a complexidade e a importância de abordar o manejo florestal comunitário e familiar de maneira integrada, considerando não apenas a produção madeireira, mas também a preservação da cultura local e o desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas.

Os desdobramentos constam na Carta de Brasília, documento assinado por todas as organizações participantes do Observatório do Manejo Florestal Comunitário e Familiar (OMFCF) com medidas que visam ser implementadas até dezembro de 2024. 🍃



#Propostas

Grupos de trabalho na retomada do manejo florestal comunitário: estratégias e propostas em foco

Por Catarina Barbosa | IEB

Veja as principais demandas levantadas. Todas elas constam na Carta de Brasília, documento síntese do evento.

Uma das atividades desenvolvidas dentro do Encontro para a retomada da agenda do manejo florestal comunitário na Amazônia Brasileira foram os Grupos de Trabalho para debater demandas necessárias e que surgissem com e a partir das comunidades e especialistas que atuam no setor.

Cada Grupo de Trabalho (GT) dedicou-se a áreas específicas, delineando estratégias e propondo soluções concretas. O enfoque abrangeu desde a formação e capacitação até os desafios na produção e comercialização, criando uma abordagem abrangente para impulsionar o programa federal de apoio ao MFCF. Essas atividades foram integralmente integradas ao desenvolvimento da Carta de Brasília, consolidando as principais demandas identificadas.

Dentro do grupo formação, capacitação e gestão, os grupos propuseram a formação de estruturas de apoio florestal nos estados, fortalecimento dos agentes florestais e parcerias com instituições educacionais para proporcionar formação profissional. Além disso, destacaram a importância de seguros e fundos rotativos para garantir as fases iniciais dos empreendimentos (veja a síntese no gráfico abaixo)

A gestão também foi um ponto central abordando desde a criação de mecanismos padronizados até a retomada de centros de treinamento. A proposta de inclusão de temas de gestão nos currículos escolares vislumbra uma continuidade eficaz nas diretorias dos empreendimentos, garantindo uma gestão sólida e sustentável.

Para Alison Castilho, do IEB, a iniciativa de ouvir e sintetizar as informações foi uma forma de colaborar com o governo federal para que o executivo tenha em mãos ferramentas que possibilitem o avanço das atividades. “Nós, como organização da sociedade civil interessada nesta agenda faremos o possível para fornecer dados e informações necessárias para a consolidação do manejo”.

Marco Lentini, do Imaflora, lembrou que a instituição tem interesse integral no desenvolvimento do manejo florestal sustentável, bem como na atuação no setor, inclusive no manejo liderado pelas comunidades, logo a discussão em grupo é parte indispensável desse processo. “Queremos aprender com nossos erros e acertos que ocorreram na última década nessa agenda. Ouvindo essas informações vamos poder unir as novas ferramentas que temos e que podem servir como subsídio para aprimorar o que foi feito no passado, sem repetir os mesmos equívocos”.

No grupo de produção, comercialização e desafios no manejo, os grupos trataram diretamente dos desafios operacionais: a necessidade de capacitação contínua, linhas de crédito acessíveis, energia e água adequadas foram destacadas. A criação de políticas públicas para garantir um comércio justo e sustentável foi enfatizada como um pilar essencial para o desenvolvimento eficaz do MFCF.

Veja ao lado uma síntese das discussões em tópicos.

Demandas Identificadas pelos Grupos de Trabalho

Formação e capacitação abrangente

1. Estruturas de apoio florestal:

Propuseram a criação de estruturas nos estados para apoiar a agenda florestal.

2. Fortalecimento de agentes florestais:

Destacaram a importância de fortalecer os agentes florestais para prestar assistência à agenda do Manejo Florestal.

3. Formação profissional:

Propuseram a promoção de formação profissional nas instituições de ensino técnico, institutos e universidades.

4. Identificação Botânica:

Enfatizaram a necessidade de incentivar a formação voltada à identificação botânica, aproveitando os saberes locais.

5. Fundo rotativo federal:

Propuseram a criação de um fundo rotativo federal para apoiar a cadeia do Manejo Florestal Comunitário e Familiar nas fases iniciais.

Formação padronizada e continuada

1. Plano de formação padronizado:

Destacaram a necessidade de um plano de formação padronizado por meio do sistema S, voltado à gestão dos empreendimentos comunitários de MFCF.

2. Centro Nacional de Pesquisa e Treinamento:

Sugeriram a retomada do Centro Nacional de Pesquisa e de Treinamento Operacional em Manejo Florestal Comunitário, lançado em 2013 pelo ICMBio.

3. Inclusão de Temas de Gestão nos Currículos:

Propuseram a inclusão de temas de gestão nos currículos dos ensinos médio e técnico para garantir a continuidade nas diretorias dos empreendimentos.

4. Parcerias empresariais:

Sugeriram o diálogo com setores empresariais ligados à indústria florestal para financiar cursos voltados à gestão dos empreendimentos comunitários.

Capacitação técnica, transparência e fiscalização

1. Capacitação técnica e financeira:

Ressaltaram a importância da capacitação técnica e financeira para grupos de manejadores.

2. Transparência nas decisões:

Destacaram a necessidade de mais transparência nas decisões tomadas nos empreendimentos comunitários.

3. Seguro defeso florestal:

Propuseram a criação de um seguro defeso florestal para os manejadores durante o período da entressafra da madeira.

4. Articulação interministerial:

Sugeriram a articulação interministerial para retomar a agenda do Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

5. Desenvolvimento de normas legais:

Propuseram o desenvolvimento de normas legais para assegurar segurança jurídica nas práticas do manejo florestal.

6. Intensificação da fiscalização:

Destacaram a importância de intensificar a fiscalização nas Unidades de Conservação para garantir mais segurança aos manejadores.

#PoderExecutivo

Desafios e perspectivas para o manejo florestal comunitário na agenda governamental

Por Catarina Barbosa | IEB

Especialistas, líderes comunitários e representantes do governo federal se reuniram em Novembro de 2023 durante o Encontro para a retomada da agenda do manejo florestal comunitário na Amazônia Brasileira para discutir os desafios e perspectivas relacionados ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar (MFCF) na Amazônia Brasileira. O encontro com o governo federal buscou identificar as principais demandas e estratégias para a retomada efetiva dessa importante agenda ambiental.

Durante dois dias, aproximadamente 50 líderes de povos e comunidades tradicionais do Acre, Pará e Amapá elaboraram propostas para aprimorar a

gestão, produção e comercialização de produtos florestais, tanto madeireiros quanto não-madeireiros.

O encontro, conduzido por Alison Castilho do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), resultou na elaboração da Carta de Brasília contendo as demandas prioritárias apresentadas pelas comunidades, direcionada aos representantes do poder público. As discussões enfocaram diversas questões, desde fortalecimento institucional até estratégias para combater a presença de madeira ilegal no mercado.

Milton Kanashiro, da Embrapa, destacou a impor-

tância de fortalecer as instituições fiscalizadoras como medida fundamental para combater a exploração ilegal de madeira e garantir a oferta no mercado legal. “Precisamos estar atentos e alinhados para o bom desenvolvimento da agenda”, disse.

Marcos Biazatti, do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam), sugeriu a introdução do turismo ecológico nas áreas de MFCF. “Na minha visão, essa abordagem pode sensibilizar os consumidores finais ao proporcionar uma visita e conhecimento da realidade local de exploração madeireira”, destacou.



Perspectivas do Governo Federal

Na mesa do Poder Público estavam presentes diversos representantes do governo, entre eles André Aquino, do Serviço Florestal Brasileiro (SFB). Aquino ressaltou a importância de garantir que as comunidades se beneficiem financeiramente das cadeias de valor de seus territórios. Ele destacou a necessidade de políticas públicas que viabilizem efetivamente essas cadeias e busquem formas de monetizá-las. “Vejo como fundamental a prestação de serviços às comunidades, como assessoria, apoio jurídico e redes de apoio ao desenvolvimento da atividade”.

Fabiola Zerbini, representando o Ministério do Meio Ambiente (MMA), abordou a adaptação do MFC à lógica tecnológica do capital. “Na minha avaliação, até o momento, as políticas públicas não foram integralmente direcionadas ao comunitário. Vejo como ponto fundamental aprender com experiências passadas, evitando repetir equívocos”, defendeu ela reforçando a importância da internalização da questão ambiental no Ministério da Fazenda.

Durante o debate, Manuel Amaral, do IEB, destacou que as dificuldades e a parali-

sação da agenda do MFCF se acentuaram no governo anterior, mas não são exclusivas do mesmo. Ele questionou as estratégias desenvolvidas para destravar o MFCF, considerando o contexto político. “Não podemos ignorar a morosidade com que essa agenda vem sendo tratada e delegadas nos últimos anos. Reconhecer isso é fundamental para que possamos avançar”, disse.

Membros da mesa expressaram a importância de abordar as complexidades da agenda, reconhecendo a necessidade de arranjos institucionais eficazes, maior colaboração entre as instituições e a busca por soluções pragmáticas para os desafios enfrentados.

Em suas falas finais, os representantes ressaltaram a importância de uma abordagem equilibrada que considere os benefícios das comunidades. O compromisso do governo e a oportunidade de internalizar a lógica de desenvolvimento econômico foram apontados como elementos cruciais para a retomada efetiva do Manejo Florestal Comunitário na Amazônia Brasileira. O prazo final para a apresentação das demandas é Dezembro de 2024. 🍃



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

CONTATOS

 (91) 99349-0708

 observatoriomfcf@gmail.com

VISITE

 www.observatoriomfcf.org.br